

**INTRATERRITÓRIO  
TREMOMBÉ:  
INTERCULTURALIDADE DE  
SABERES GEOGRÁFICOS NO  
CURSO PEDAGOGIA  
INTERCULTURAL CUIAMBÁ**

*TREMOMBÉ INTRATERRITORY:  
INTERCULTURALITY OF  
GEOGRAPHICAL KNOWLEDGE IN  
THE CUIAMBÁ INTERCULTURAL  
PEDAGOGY COURSE*

*TREMOMBÉ INTRATERRITORIO:  
INTERCULTURALIDAD DEL  
CONOCIMIENTO GEOGRÁFICO EN  
EL CURSO DE PEDAGOGÍA  
INTERCULTURAL CUIAMBÁ*

Francisco Lucas de Sousa Lima

Mestre em Geografia. Professor formador do Curso de  
Licenciatura Intercultural Indígena Tremembé da  
Universidade Estadual

Vale do Acaraú /Parfor/Equidade

Email: [francisoluks3d@gmail.com](mailto:francisoluks3d@gmail.com)

Adriana Campani

Profa. Dra. Associada da Universidade Estadual

Vale do Acaraú. Email: [adriana\\_campani@uvanet.br](mailto:adriana_campani@uvanet.br)

Virginia Célia de Cavalcanti Holanda

Profa. Dra. Associada da Universidade Estadual

Vale do Acaraú. Email: [virginia\\_holanda@uvanet.br](mailto:virginia_holanda@uvanet.br)

**Resumo:**

O Curso Pedagogia Cuiambá Magistério Intercultural Tremembé, oferecido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, é analisado, nesse artigo, como um território de afirmação e legitimação da etnia Tremembé, contribuindo para a formação de novas territorialidades de conhecimento e pedagogias. Para realização dessa pesquisa, foram considerados o Projeto Político Pedagógico do curso, depoimentos de professores Tremembé, e produções acadêmicas dos alunos Tremembé. O conceito de "intraterritório" é explorado como uma forma de legitimação da presença indígena na sociedade, reivindicando acesso às instituições que historicamente os marginalizaram. O ingresso na universidade representa um desafio para as Instituições de Ensino Superior, que precisam reconhecer e valorizar outras formas de conhecimento. O "intraterritório" busca expressar a cultura, a cidadania e a ciência, tornando-se um espaço de reivindicação e legitimação da interculturalidade de saberes. O Curso Cuiambá ao reconhecer os saberes tradicionais indígenas, contribuiu para uma educação mais inclusiva e intercultural na universidade.

**Palavras-chave:** Interculturalidade; Saberes Geográficos; Educação Indígena; Ensino Superior; Decolonialidade.

**Abstract:**

The Cuiambá Intercultural Tremembé Pedagogy Course, offered by the State University of Vale do Acaraú, is analyzed in this article as a territory of affirmation and legitimation of the Tremembé ethnic group, contributing to the formation of new territorialities of knowledge and pedagogies. In order to carry out this research, the course's Political Pedagogical Project, testimonies from Tremembé teachers and academic productions by Tremembé students were taken into account. The concept of "intraterritory" is explored as a way of legitimizing the indigenous presence in society, claiming access to institutions that have historically marginalized them. Entering university represents a challenge for higher education institutions, which need to recognize and value other forms of knowledge. The "intraterritory" seeks to express culture, citizenship and science, becoming a space for claiming and legitimizing the interculturality of knowledge. By recognizing traditional indigenous knowledge, the Cuiambá Course has contributed to a more inclusive and intercultural education at the university.

**Keywords:** Interculturality; Geographical Knowledge; Indigenous Education; Higher Education; Decoloniality.

**Resumen:**

El Curso de Pedagogía Intercultural Tremembé de Cuiambá, ofrecido por la Universidad Estadual Vale do Acaraú, es analizado en este artículo como territorio de afirmación y legitimación de la etnia Tremembé, contribuyendo a la formación de nuevas territorialidades de saberes y pedagogías. Para llevar a cabo esta investigación, se tuvieron en cuenta el Proyecto Político Pedagógico del curso, testimonios de profesores de Tremembé y producciones académicas de alumnos de Tremembé. Se explora el concepto de "intraterritorio" como forma de legitimar la presencia indígena en la sociedad, reclamando el acceso a instituciones que históricamente los han marginado. El acceso a la universidad representa un reto para las instituciones de enseñanza superior, que deben reconocer y valorar otras formas de conocimiento. El "intraterritorio" busca expresar cultura, ciudadanía y ciencia, convirtiéndose en un espacio de reivindicación y legitimación de la interculturalidad del conocimiento. Al reconocer el conocimiento tradicional indígena, el Curso Cuiambá contribuido a una educación universitaria más inclusiva e intercultural.

**Palabras clave:** Interculturalidad; Conocimiento Geográfico; Educación Indígena; Educación Superior; Decolonialidad.

## Introdução

A Universidade que pratica interculturalidades de saberes não pode marginalizar os saberes outros ou saberes tradicionais em uma relação de interação entre sociedade civil e unidade acadêmica, mas sim como parte de seu subsídio intelectual. A demanda contemporânea de lidar com a diversidade étnica e cultural no Brasil esteve sob a busca da integração de povos indígenas à vida compreendida como "civilizada".

Todas as constituições anteriores reforçam o dever de incorporar a cultura tradicional hegemônica, os saberes, os corpos e, em especial, os territórios desses grupos, sob forte pressão econômica. Essa relação integracionista de povos indígenas só muda a partir da Constituição Federal de 1988, conforme analisa Grupioni:

Não cabe mais à União a tarefa de incorporá-los à comunhão nacional, como estabeleciam as constituições anteriores, mas é de sua responsabilidade legislar sobre as populações indígenas, no intuito de protegê-las" (2002, p. 14).

A educação intercultural se consolida a partir da Lei de Diretrizes e Base - LDB de 1996, estabelecendo nos artigos 78 e 79 a educação bilíngue e intercultural para o ensino fundamental. No entanto, até o final da década de 1990, não se tratava dos critérios a serem utilizados para a adesão do professor e sob quais características estaria fundamentada a interculturalidade preconizada. Era comum que a formação educacional indígena ficasse a cargo de profissionais não indígenas, com pouco ou nenhum laço cultural com a comunidade, introduzindo métodos e saberes hegemônicos alheios à realidade e à experiência indígena.

Em 1999, com a Resolução 03/99, fica estabelecido o caráter de qualificação do professor que atuará na educação indígena, garantindo que não apenas a escola tenha uma educação diferenciada, mas também que a formação do professor seja intercultural, ou seja, o professor necessariamente deve ser indígena e pertencer à comunidade em que atuará.

De acordo com a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará - FEPOINCE<sup>1</sup> há no estado do Ceará 16 povos espalhados em 81 municípios: Tapeba, Tremembé, Pitaguary, Junipapo-Kanindé, Potiguara, Kalabaça, Tabajara, Kariri, Tapuya-Kariri, Gavião, Tubiba-Tapuya, Anacé, Tupinambá, Kanindé, Paiacu e Karão.

O povo Tremembé de Itarema foi o primeiro a receber uma licenciatura intercultural indígena: o Magistério Indígena Tremembé Superior–MITS, em 2006, oferecido pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Em 2018 ocorreu a conquista do segundo curso de licenciatura em parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

O Curso Pedagogia Cuiambá Magistério Intercultural Tremembé da UVA, destacando-se por ser o primeiro em uma Universidade Estadual Cearense e objetivou Formação Inicial de Professores para Educação Básica na modalidade Licenciatura Indígena e Presencial. No curso Cuiambá, as aldeias de Itarema e Acaraú Itapipoca construíram um currículo próprio a partir do jeito de ser e sobreviver na cultura Tremembé. O currículo do curso passa ser território de luta por existência e reexistência<sup>2</sup> de territorialidades.

---

1 A FEPOINCE foi criada em dezembro de 2017, em substituição à Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará-COPICE.

2 Comunidade indígena de afirmação identidade cultural, panorama dos últimos 50 anos. A partir da necessidade de pensar o território.

O Cuiambá é um curso de graduação elaborado especificamente para formar professores para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas diferenciadas de educação indígena, conforme Resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE 01/2015. O curso tem carga horária total de 3.240 horas e duração de 4 anos, e objetivou habilitar 86 professores indígenas Tremembé para atuar na docência em 10 aldeamentos, respectivamente: Varjota, Tapera, Batedeira, Mangue Alto, Passagem Rasa, Saquinho, Praia e Córrego João Pereira, localizadas no município de Itarema/CE, Telhas e Queimadas, no município de Acaraú/CE.

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Cuiambá é resultado de um longo processo de efetiva participação da comunidade indígena Tremembé, professores indígenas, Cacique, Pajé, lideranças e professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. O trabalho e a organização refletiam as reuniões de aldeamento, com a presença de lideranças, pais, filhos, e parceiros no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso-PPPC. Essa coletividade era expressa inclusive na maneira de tomar decisões pela turma no desenvolvimento do projeto. Para alguém dominado pelo tempo do capital, onde a economia do tempo é um mecanismo de obtenção de resultados, é incompreensível uma reunião ser finalizada sem uma decisão e ser agendada uma nova reunião para retomar a pauta, como ocorreu inclusive nas reuniões para elaboração do PPPC. Ocorre que o tempo tem outro significado para a etnia. O uso do tempo convém justamente em benefício da melhor decisão possível. Essa prática recusa a interferência da lógica capitalista na organização da vida em comunidade.

O projeto participativo desmonta os paradigmas do *status quo* e da hegemonia. O corpo é um espaço de sentimentos, afetividades e exposição às experiências, articulando-se em uma territorialidade. O corpo está em constante movimento, carregando uma bagagem cultural construída ao longo das trajetórias de existência e resistência dos indivíduos. Da mesma forma, os aspectos da construção da identidade estão ligados aos reflexos da construção social da memória.

A memória está, em muitos aspectos, ligada ao território no qual determinado grupo está inserido. Em outras palavras, para se identificar, é necessário se relacionar com o território no qual se está. (Candau, 2016). É nessa relação que as memórias são elaboradas, admitidas, negadas e até desconstruídas. Ao longo dessas trajetórias, o corpo é o primeiro território de dominação, no qual fronteiras de domínio e disciplinarização são impostas; fronteiras de agenciamento das relações e mobilidade. O papel que a Universidade não deve se negar a cumprir é o de se estabelecer como agente democratizador da educação, descentralizando a atuação e expandindo sua presença.

A interculturalidade que é sustentada como "crítica" no Curso Cuiambá dialoga com a percepção dos elementos coloniais do cotidiano e como superá-los em suas especificidades, ou seja, como se posicionar com protagonismo diante das manifestações do colonialismo. Os saberes da terra e sua relação com o físico e o humano, convencionalmente compreendidos pela Geografia de bases hegemônicas como uma ciência geográfica isolada, devem ser ressignificados diante da interculturalidade de saberes.

A Geografia deve ser compreendida como uma responsabilidade de manutenção saudável da terra e dos corpos daqueles que nela habitam e habitarão. Não é possível compreender

a Geografia de forma isolada da cultura Tremembé. Da mesma forma, compreender o ser, o existir e a transmissão Tremembé distantes do cuidado com a terra, o tempo, o espaço e tudo o que os integra. Nesse sentido, ao abordar a democratização dos saberes, propõe-se superar a hegemonia do conhecimento científico tradicional, legitimando os saberes tradicionais dos povos que foram marginalizados após transmitirem seus saberes ao colonizador, estabelecendo uma lógica de reconhecimento e protagonismo desses saberes e seus usos.

A Geografia faz parte desse processo, onde a agricultura, o processamento dos alimentos e a culinária não podem ficar dissociados dos saberes geográficos. A produção da bebida sagrada, purificadora do corpo e do espírito, não pode ser isolada do ciclo do caju e da região onde essa fruta é predominante. A saúde através da farmacologia não pode ser separada da Geografia, uma vez que a fitoterapia Tremembé também possui uma relação direta e intrínseca com o tempo e o espaço, elementos fundamentais à Geografia.

Compreende-se que o sentido da licenciatura intercultural do Curso Cuiambá está na dialogicidade de seus diferentes saberes. As questões para reflexão nesta pesquisa direcionam-se a compreender como ocorre o diálogo entre os saberes hegemônicos da Ciência Geográfica e os saberes tradicionais indígenas, e quais são as implicações desse diálogo para a interculturalidade crítica na Universidade.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados da pesquisa de mestrado que analisou a interculturalidade dos saberes geográficos no Curso Cuiambá

Pedagogia Intercultural Tremembé, oferecido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú em 2018 e concluído em 2023.

A metodologia empregada neste trabalho foi a análise qualitativa bibliográfica, subsidiando-se conceitualmente em Haesbaert (2015), Smith (2018), Candau (2016) e Tubino (2004). Também foi realizado a análise documental do Projeto Pedagógico do Curso e de doze Trabalhos de Conclusão de Curso-TCC produzidos pelos alunos cujos temas estão alinhados com saberes geográficos.

Para além da análise bibliográfica e documental, foi realizada uma abordagem etnográfica focada na autoafirmação da comunidade, com base em diálogos e depoimentos gravados, registro em caderno de campo, usando a microanálise etnográfica, onde a análise leva em consideração não apenas o momento de registro do diálogo, mas todo o contexto em que ele está inserido, onde é desejável perceber em que momento determinado diálogo está compondo um plano social mais amplo, em que momento se fala de si e do outro

### **Interculturalidade dos saberes geográficos no curso Cuiambá**

A busca por compreender os significados que a comunidade produz para si foi o que determinou a opção pela microanálise etnográfica como instrumento para compreender a forma como a interculturalidade configura as relações de uma comunidade originária impactada e contextualizada em um mundo pós-colonial. Afinal, como sustentado por Tubino: “*La interculturalidad no es un concepto, es una manera de comportarse. No es una categoría teórico, es una propuesta ética.*” (2004, p.3). Esta comunidade que produz ciência sobre e para si é um reflexo material da interculturalidade,



onde a convivência democrática entre culturas distintas resulta em criação garantindo a manutenção de sua identidade cultural: “fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos” (Fleuri, 2005, p.18).

Diante do exposto, o procedimento para campo consistiu em um caderno de campo, registros fotográficos e registro de áudio. Para a atuação em campo, as categorias e temas não foram escolhidas previamente, nesse caso, optou-se por definir pelo menos o que seria indutivo no diálogo e o campo acaba determinando o tema, ou seja, o movimento que na etnografia se chama hipótese progressiva.

A interculturalidade transcende os limites do academicismo tradicional e busca estabelecer conexões genuínas entre diferentes culturas. Tal princípio Constitui o curso desde a formulação do PPPC, quando este estabelece em sua metodologia que a “Construção coletiva com efetiva participação do Cacique, do Pajé, das lideranças, dos professores, dos pais, das mães e dos alunos Tremembé e dos seus parceiros” (PPPC, 2018, p.20).

A interculturalidade crítica experienciada pelo Curso Cuiambá é apresentada como uma alternativa à mera promoção de mão de obra para a educação básica. Ela busca estabelecer relações autênticas com as diversas culturas, desenvolvendo uma formação legítima que tensiona e subverte os paradigmas da educação controlada pelo capital neoliberal.

A matriz teórica desse artigo apoia-se na construção teórica do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990. Esse grupo, formado por intelectuais latino-americanos, provocou um movimento epistemológico que radicaliza o pós-colonial na América Latina, no século XXI, por meio do “giro decolonial”. O “Giro decolonial” é um termo cunhado originalmente por Nelson

Maldonado-Torres em 2005 e seu propósito é resistir as teorias, práticas, políticas e epistemologias impostas pela lógica modernidade/colonialidade. (Ballestrin, 2013). Para o grupo M/C, a modernidade não existe sem colonialidade, uma constitutiva da outra (Mignolo, 2003). Essa premissa se sustenta na afirmação de que:

a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2000, p. 342).

A “colonialidade do poder” (Mignolo, 2010) traz a leitura da raça e do racismo como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (Grosfoguel, 2012, p. 123). Além do poder, a colonialidade também se reproduz nas dimensões do saber e do ser.

A colonialidade do saber está diretamente associada àquilo que Mignolo (2003) chamou de “diferença colonial e geopolítica do conhecimento”. Quijano (2005, p. 126) define a colonialidade do saber como “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos”. A “colonialidade do ser” é entendida como a inferiorização e controle dos corpos e linguagens do ser humano (Mignolo, 2003, 2010; Maldonado-Torres, 2007).

Especialmente a partir do século XIX, a disciplina de geografia foi estabelecida por sociedades colonialistas que necessitavam da fragmentação de compreensões do mundo (ciência/saber). A luz do movimento modernidade/colonialidade analisamos que essa fragmentação potencializa o poder de colonialidade do saber geográfico.

No presente artigo, com a lente do giro decolonial, podemos alcançar uma Geografia que se interculturaliza nos saberes indígenas, tornando-se mais resistente ao disciplinamento colonial que sustenta a modernidade. A interculturalidade aqui é vista como uma epistemologia fronteira (Walsh, 2002) que está enraizada na concepção de pensamento fronteiro de Mignolo (2003). Ela abre uma nova ordem geopolítica de produção do conhecimento. O conhecimento indígena Tremembé, subordinado pela colonialidade do poder e marginalizado pela diferença colonial, é reconhecido pelo currículo e os processos de formação do Curso Cuiambá numa relação dialógica de alteridade e não de subalternização.

A proposta que defendemos é observar onde a Geografia se faz presente e por quais saberes ela é atravessada, da perspectiva Tremembé. A abordagem apresentada desafia a visão tradicionalmente estática e limitada da Disciplina Geográfica, destacando sua capacidade intrínseca de diálogo e interconexão com outras disciplinas e perspectivas culturais. Ao reconhecer e valorizar os saberes locais e indígenas, a interculturalidade emerge como uma ferramenta poderosa para a construção de uma educação mais inclusiva e diversificada.

Ao lidar com a luta pela terra, pela autonomia e pelo reconhecimento da diferença como parte da sociedade, a etnia Tremembé se estabelece no espaço da Universidade Estadual Vale

do Acaraú como mais um território de afirmação e legitimação da etnia, configurando um intraterritório. O intraterritório se desenha nos limites de fronteira entre o território Tremembé e o território da UVA, demarcados por relações interculturais que geram uma nova geopolítica de produção do conhecimento. Esse é o efeito de poder do intraterritório: gera novas configurações epistêmicas para visibilizar e incluir.

Nesse contexto, o exercício da interculturalidade se manifesta pela diversidade cultural e pela diversificação da estrutura burocrática tradicional na Universidade. Além disso, estabelece-se o vínculo com o arquivo cultural da metrópole não apenas como um mecanismo de embate, mas como uma oportunidade para a consistência de visões e saberes diversos que devem integrar todos os aspectos da vida em sociedade, indo além do âmbito universitário. Dessa forma, reforça-se a afirmação da diferença e promove-se o convívio entre os diferentes, cada um com suas metodologias para compreender seus mundos, através da integração de conhecimentos.

Observa-se, dentro da cultura Tremembé, uma importância tanto simbólica quanto concreta atribuída às artes. Isso se evidencia na prática da pintura corporal, que registra a fauna e seus simbolismos, e na pintura decorativa conhecida como *Toá*, intimamente ligada ao território indígena. Os minerais utilizados como pigmentos nessa prática artística são selecionados em mapeamentos específicos, o que evidencia a presença de distintos espaços em uma mesma composição plástica.

A música e a dança desempenham papel instrumental na expressão cultural dos Tremembé, como é evidenciado nas músicas cantadas durante o Torém, como a Suverana, que expressa a relação

com o tempo e o clima, a mimetização do comportamento de animais. A observação atenta e extensiva, desvinculada da otimização tão valorizada na sociedade capitalista, produz uma nova perspectiva de conceber um modo distinto de viver em sociedade, rompendo com a concepção universalista de mundo.

Essa distinta produção do tempo elaborada pelos Tremembé revela a complexidade de sua cosmovisão e as diferentes funções atribuídas ao conceito de tempo dentro de sua cultura. Tais elementos compuseram os trabalhos de conclusão de curso. As consultas com cursistas embasaram essa conclusão e a apresentação dos trabalhos forneceram elementos para a disposição de tais saberes e práticas culturais. A cultura alimentar e terapêutica dos Tremembé reflete uma profunda conexão com o território e suas práticas de manejo funcional. Suas manifestações culturais e práticas tradicionais estão intrinsecamente ligadas às formas de interação e gestão do ambiente ao seu redor.

Essas práticas culturais influenciam diretamente as práticas cotidianas no território, evidenciando a inter-relação dinâmica entre cultura e ambiente. Nesse contexto, os saberes apresentados no (Quadro 01), representam os resultados dos TCCs do Cuiambá. Eles são uma expressão concreta do conhecimento adquirido e desenvolvido pelos estudantes do curso, os quais se beneficiam do acervo cultural e dos ensinamentos transmitidos pela comunidade Tremembé. É por meio dessa troca de saberes e experiências que se fortalece não apenas a identidade cultural dos Tremembé, mas também o entendimento mútuo entre academia e comunidade indígena. Esses resultados, portanto, não apenas contribuem para a valorização e preservação da cultura Tremembé, mas também para a construção de uma abordagem mais inclusiva e

respeitosa no âmbito acadêmico, onde diferentes formas de conhecimento são reconhecidas e valorizadas.

**Quadro 01 – Trabalhos de Conclusão de Curso-TCC**

Títulos
1. As Histórias de Vida do Povo Tremembé da Aldeia Varjota
2. Tapera dos Índios Velhos: O Conhecimento e a Valorização das Nossas Raízes
3. Suverana: As Experiências das Chuvas do Povo Tremembé
4. De Alegria do Mar à Maria Venância: A História de Uma Escola que não Mudou o Jeito de Ser
5. As Brincadeiras Tradicionais do Povo Tremembé Área da Mata
6. Agricultura Familiar Tremembé na Aldeia Córrego João Pereira: Práticas Tradicionais e Inovações
7. Torém: Símbolo de Resistência do Povo Tremembé
8. Cultivo e Produção da Farinha de Mandioca no Aldeamento Tremembé de Almofala Itarema-CE
9. Identificação Étnica da Aldeia Passagem Rasa: A Luta pela Terra
10. O Uso do Toá Como Expressão Artística e Cultural do Povo Indígena Tremembé de Almofala
11. A Espiritualidade Tremembé nas Aldeias de Queimadas e Tapera
12. Memórias e Histórias da Educação Diferenciada Tremembé da Aldeia Varjota
13. Os Pilares Para Existência da Aldeia Indígena Tremembé Córrego João Pereira
14. Mandioca: Cultivo, Produção de Seus Derivados e o Processo da Farinhada na Cultura Tremembé
15. Tapera Força, Luta e Resistência dos Troncos Velhos
16. A Luta Pela Terra na Aldeia Indígena Tremembé de Queimadas
17. O Processo de Escolarização da Aldeia Indígena Tremembé de Tapera
18. A Mulher Tremembé no Passado e Presente
19. Farinhada Tremembé
20. Fauna e Flora Tremembé – Aldeia de Telhas
21. Preservação e Defesa das Lagoas da Aldeia Tremembé de Batedeira

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Os frutos do curso fortalecem a tradição cultural indígena e são subsidiados pela pesquisa indígena, uma prática que é transversal à cultura indígena Tremembé. Isso resulta em uma produção sobre si e para si, dentro de critérios metodológicos apresentados por pesquisadores não indígenas e indígenas. Essa dinâmica de deslocamento da prática científica também reflete uma nova territorialidade da etnia Tremembé, uma vez que a Universidade passa a integrar a formação e produção educacional e cultural da etnia. Ao mesmo tempo, a Universidade é convocada a reconhecer e adaptar sua estrutura funcional de pesquisa, ensino e extensão para se adequar a novas dinâmicas e culturas, abrindo espaço para outras existências.

As instituições universitárias e sociedades de pesquisa, a partir da modernidade, não apenas promoveram a centralidade regional da pesquisa, mas também estabeleceram uma hegemonia étnica sobre ela. No entanto, com os avanços contemporâneos na compreensão dos territórios dos povos originários, suas percepções, significados e autonomia estão sendo reconhecidos. Isso fortalece a oportunidade para que se tornem agentes na definição de suas próprias identidades

O panorama atual contempla duas agendas distintas de pesquisa indígena em desenvolvimento, a primeira passa por ações e projetos da comunidade de iniciativas locais e nacionais em torno das suas reivindicações. A segunda passa pelos espaços conquistados dentro das instituições por programas de estudo e nos centros de pesquisa indígena (Smith, 2018). De acordo com Smith, embora a primeira agenda lide com abordagens e problemáticas pertinentes à própria comunidade, isso não significa que esteja no domínio dela

muito mais do que as que são realizadas dentro da Universidade: mecanismos de permanência, burocracia, outorga.

Percebemos que a primeira experiência de pesquisa de um curso indígena na UVA é uma iniciativa de pesquisa-ação comunitária ou pesquisa emancipatória, onde o próprio pesquisador, aluno do curso e membro da comunidade, é protagonista de sua investigação enquanto indígena. O pesquisador se assume capaz de refletir sobre sua própria realidade, não sendo um forasteiro, observando fora do alcance da cena a que observava, o dogma era que o pesquisador não deveria interferir no local e nos hábitos em que se inseria enquanto um ser externo, tal concepção é tradição positivista de objetividade e neutralidade (Smith, 2018).

Nesse sentido, a interculturalidade se mostra não apenas como uma abordagem educacional, mas como uma forma de compreender e valorizar as diversas manifestações culturais e conhecimentos tradicionais presentes em uma sociedade. Ao reconhecer e promover a diversidade cultural, a interculturalidade contribui para uma educação menos reducionista e sensível às necessidades e perspectivas das comunidades tradicionais indígenas.

Fundamentalmente, repousa em quatro eixos sobre os quais um conjunto de componentes curriculares aparece, antes de tudo, como um modo de territorializar saberes e práticas que se integram e interpenetram ao longo das etapas do Curso e de suas estratégias metodológicas, especialmente na Prática Pedagógica Orientada da Educação Básica Tremembé e nas atividades de Pesquisa e Extensão transversais às ações de Tempo-Escola e Tempo Aldeia (PPPC, p. 31, 2018). Os eixos com suas respectivas Cargas horárias são estruturados conforme (Quadro 02);



**Quadro 02 – eixos com suas respectivas Cargas horárias**

EIXO 1	Saberes Pedagógicos	660
EIXO 2	Saberes Políticos	480
EIXO 3	Saberes Tecnológicos	420
EIXO 4	Saberes Científicos	600

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

A concepção de Geografia ou a percepção de conceitos geográficos referentes à Espaço geográfico; Território, Natureza; Região; Lugar; Paisagem se estendem para além da classificação disciplinar, abrangem também outros Saberes. As disciplinas de Geografia Geral e Geografia Local estão alocadas no Eixo 2 - Saberes Políticos, contudo, os conceitos de Espaço, Lugar, Território, Natureza e Região são trabalhados no Eixo 1, Arte e educação nas escolas Tremembé, assim como como a disciplina Espiritualidade Tremembé, classificado no Eixo 4. Saberes Tecnológicos nas disciplinas de Fauna e Flora; Demarcação das Terras Indígenas no Brasil, Saberes Tremembé do Mar, do Céu e da Terra. A difusão de saberes geográficos em todos os eixos do currículo não impactou na produção dos trabalhos de conclusão de curso quanto a classificação curricular do PPP, os saberes geográficos se manifestam na totalidade dos trabalhos, sendo 12 com maior expressão da Geografia, contribuindo inclusive com conceitos geográficos sob uma perspectiva decolonial.

Suess e Silva (2019) propõem um quadro que repensa conceitos geográficos, estabelecendo definições decoloniais para Espaço Geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Sociedade; Natureza. O Quadro é resultado de reflexões possíveis sobre a geografia afim de descolonizá-la, como: a) o resgate de autoras e

autores de ciências humanas fora do eixo do Norte Global; b) considerar o papel das américas na construção da Europa Ocidental a partir da exploração colonial; c) desmistificar a centralidade política e cultural da Europa, inclusive nos mapas e representações cartográficas; d) desmistificar o colonialismo do poder, do ser e do saber na mentalidade latino-americana; e) considerar o genocídio/epistemicídio dos povos indígenas, negros e outras minorias políticas como um projeto de poder; f) valorizar a história e os saberes de povos subalternizados; g) considerar para além das questões de classes, o gênero, a sexualidade, a mulher, o racismo, o negro, o indígena e o diferente para uma nova releitura da sociedade e do espaço geográfico; h) entender gênero e sexualidade com foco no corpo como elemento essencial para a liberdade e exploração de novas experiências espaciais; i) debater formas alternativas de organizar os territórios, de modo a respeitar os diversos grupos, interesses e diversas culturas desses povos; j) questionar o modelo civilizatório existente e repensar alternativas pautadas na interculturalidade e transculturalidade; l) perceber a pesquisa como um princípio educativo fundamental e como uma ferramenta para a implementação de um novo modelo de ensino de Geografia (Suess e Silva, 2019, p. 26).

Nesse sentido, os autores provocam uma releitura geográfica que dialoga com a geografia Tremembé expressa no Curso. Na perspectiva decolonial, os alunos Tremembé concebem os conceitos geográficos a partir dos seus territórios e suas epistemologias, exercendo uma autonomia de investigação.

## O curso Cuiambá como intraterritório Tremembé-Universidade

Entende-se que a estrutura da Universidade, enquanto espaço hegemônico de formação e produção de conhecimento, deve ser repensada para permitir o acesso dos povos originários e evitar a marginalização de seus conhecimentos. Ao ingressar na universidade, o indígena abre espaço para a formação de novas territorialidades de conhecimento, que provocam novas formas de produção de conhecimento, novas pedagogias e novas formas de acolhimento.

Foram analisados o PPPC do Cuiambá, depoimento de professores Tremembé a fim de identificar a demanda que o povo Tremembé estabelece diante da UVA e qual espaço a universidade ocupa na vida e na luta Tremembé por autonomia e legitimação da sua realidade considerando todas as diferenças entre ambos, mas sem esquecer que a instituição deve estar a serviço de todos os cidadãos.

A noção de território adquire uma nova dimensão ao ser formalmente reconhecida como parte integrante da universidade, evidenciando um espaço de relações críticas que emergem da contenda entre a validação do saber tradicional e a valorização dos saberes indígenas.

Essa integração resulta na emergência de um novo tipo de território, denominado intraterritório, que reconhece tanto sua própria existência quanto a existência de um mundo externo à sua realidade. Esse intraterritório surge da presença das populações indígenas, reivindicando acesso às instituições hegemônicas que historicamente as marginalizaram

O intraterritório foi a maneira pela qual os Tremembé legitimaram sua presença diante da sociedade que outrora os segregou e negou sua existência. A apropriação de sua forma de reivindicar identidade, direitos e modo de existir visa produzir significado e diferentes formas de conhecimento e saberes, atendendo a demandas diversas, mas assumindo o protagonismo dessa produção e desses saberes. Legar ao território suas distintas formas de existência e identificar outras experiências e significados nele é essencial. Exercer autonomia na elaboração da própria identidade e cultura é fundamental para garantir a permanência do território e carregar consigo seus significados, seja no indivíduo ou no grupo. O território se constitui através das relações de poder (Raffestin, 1993) que afetam um indivíduo ou grupo. A trajetória deste em se transformar em um agente transformador de sua representação no mundo ou até mesmo no indivíduo em seu próprio grupo.

Em Haesbaert (2007), quando se refere à territorialidade, em particular na sua dimensão simbólico-cultural, onde se percebe a construção da identidade como uma continuação do domínio político-econômico e funcional e concreta, o que se projeta e produz para a materialidade das relações é indissociável das projeções simbólicas. O Curso Cuiambá é uma elaboração material para atingir autonomia enquanto povo, reconhecimento e criação de uma identidade cultural. Sensivelmente, podem ser exploradas as duas instâncias onde o território é atingido. A bivalência das relações simbólicas e materiais são encontradas nas abordagens do professor Naldinho Tremembé, no PPP e na passagem pela comunidade, na sua espacialidade e paisagem.

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um

componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. “O território é funcional a começar pelo papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados recursos naturais” (Haesbaert, 2007, p. 23)

Acreditamos que o Intraterritório atua no campo simbólico em essência, estendendo-se para a atuação da comunidade diante da sociedade, bem como atua dentro da comunidade através de cada indivíduo, com sua vivência, história e relacionamento com os aspectos da própria cultura. A comunidade é sempre heterogênea, mesmo que compartilhe uma etnia específica. Como indivíduo, cada um pratica sua cultura a partir de sua vivência. A juventude de hoje vivencia sua cultura de uma maneira, e haverá novas maneiras de vivenciar a cultura no futuro.

Territorializar-se implica em estabelecer e consolidar mediações espaciais que nos confirmam um controle efetivo sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais e como indivíduos. Esse poder é intrinsecamente complexo, pois se manifesta em diferentes escalas e dimensões, abrangendo tanto aspectos materiais quanto imateriais. Engloba não apenas a dominação e a apropriação de recursos materiais, mas também a influência e a representação simbólica. Assim, ao territorializar-nos, buscamos não apenas influenciar o espaço físico, mas também ressignificar as narrativas, identidades e relações que se desenvolvem dentro deste espaço.

O grupo étnico Tremembé é repleto de espaços de memória, que se constituem de determinados referenciais concretos dotados de profundo simbolismo capazes de produzir um transcurso no tempo. Essa multiplicidade de significações individualmente vivenciadas e socialmente expressadas não podem limitar-se a uma dimensão material ou simbólica, mas a ambas. “O território tem de ser pensado

como resultante de relações sociais que se constituem no espaço e através do tempo, portando em movimento”. Haesbaert (2015)

Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe.

O território é mais do que uma área geográfica delimitada; é um campo de poder em constante fluxo, onde a dominação e a apropriação se entrelaçam em um continuum complexo. A territorialização, nesse contexto, não é uma ação estática, mas sim um processo dinâmico que se desenrola em múltiplas manifestações. É uma teia intrincada de poderes, onde diversos sujeitos estão envolvidos – aqueles que subjagam e os que são subjagados, aqueles que lutam pela hegemonia e os que resistem. Pois, como citado, o poder sem resistência não pode existir. Assim, compreender o território e seu processo de territorialização requer uma análise cuidadosa da multiplicidade de forças em jogo, das estratégias de poder e das formas de resistência que moldam as relações sociais e espaciais.

Dentro dessa tensão social contextualizada dentro de comunidade etnicamente centrada, que historicamente e cotidianamente lida com deslegitimação por forças políticas, econômicas e religiosas hegemônicas, resiste porque possui referenciais que se consolidaram o suficiente para mobilizar grupos para sua preservação.

O território indígena adquire uma nova dimensão ao se tornar parte integrante da Universidade Estadual Vale do Acaraú, sendo formalmente reconhecido pelos próprios indígenas. A contenda entre a validação do saber tradicional e a valorização dos saberes indígenas configura uma realidade na qual o espaço integrativo, um espaço de relações críticas, é alcançado, resultando na emergência de um novo tipo de território e intraterritório. O intraterritório se relaciona com o mundo exterior, reconhecendo tanto a sua própria existência quanto a existência de um mundo externo à sua realidade.

No que diz respeito ao intraterritório, ele surge da presença das populações indígenas reivindicando acesso às instituições hegemônicas que historicamente as marginalizaram. Suas dimensões simbólicas e concretas abrangem todos os aspectos da vida da etnia, desde a afirmação de sua identidade até a preservação de suas práticas culturais tradicionais e suas demandas sociais através de políticas que as protejam contra o apagamento e a marginalização. Seu papel inclui a expressão de sua cultura, o exercício da cidadania e a participação na ciência, transformando-as em espaços de reivindicação, denúncia e demanda.

Cabe ressaltar que o acesso reivindicado pelos Tremembé não se restringe a dimensão representativa de liderança ou o mero acesso, mas o desenho próprio de sua liderança e autonomia e do seu acesso a essas instituições, confrontando diretamente a perspectiva universalista das instituições e posições hegemônicas, apresentando a diversidade de existências, modos de vida e práticas educacionais e científicas. Outro elemento que constitui o intraterritório é o fato de a etnia convocar a Universidade a adaptar-se às distintas formas de acolher, transmitir e produzir o saber, onde se elabora uma

convivência entre as diferenças, as reconhecendo ao invés de adequá-las.

A Universidade Estadual Vale do Acaraú não apenas se adequa às diferenças do discente Tremembé, mas as reconhece e o discente Tremembé, assim como as lideranças e parceiros que constituem o Cuiambá, promovem uma nova concepção de Universidade, um novo território em que se opera a luta por afirmação e autonomia, expressa nos princípios norteadores do PPP e em sua trajetória enquanto não um universitário indígena, mas sim um indígena universitário e indígena professor. O modelo proposto pelo ensino universitário convencional, hegemônico, não é suficiente para auxiliar na demanda cidadã do grupo étnico, como pode ser resumida em um depoimento de um orientador indígena, o Professor esp. Naldinho Tremembé:

por isso que eu digo: “esse modelo não cabe a gente”, com a formação enquanto Povo não ajuda contra... contra tudo... cê vê que a monografia dos menino, o trabalho dos meninos [...] tem uma valorização das histórias daqui, que fez nascer a escola, que fez... fazer a defesa do espaço que ho...hoje nós estamos foi graça a essa luta e essas narrativas dão conta disso... a formação lá fora, ela vai visar uma outra coisa... que não ajuda pra cá. (Diálogo com Naldinho Tremembé, 15/10/2023).

A frase “esse modelo não cabe a gente” carrega uma profunda relação com a identidade cultural Tremembé, além de ter potência suficiente para expressar todo o trabalho realizado até aqui. Uma vez que o modelo é excludente, é homogeneizador, é preciso repensar um novo modelo de Universidade e de ensino universitário, o intraterritório pode ser esse novo modelo, um novo sistema, uma nova possibilidade, o intraterritório está na oposição ao universalismo etnocêntrico.



A entrada dessas populações nas universidades representa um grande desafio para as Instituições de Ensino Superior, que são instadas a reconhecer outras formas de conhecimento igualmente relevantes e que devem ser valorizadas e respeitadas. Ao abrigar uma diversidade de saberes, a universidade desempenha um papel mais amplo na disseminação de ideias e ideais que representam diferentes grupos sociais. Inicia-se na educação de forma convencional, porém desencadeia lutas que culminam em uma educação intercultural, concebida dentro e para a comunidade. Esse espaço de reconhecimento, forjado pela resistência indígena, essa esfera de ocupação e reconfiguração de estruturas, pode ser compreendido como intraterritório.

### **Considerações finais**

O território indígena passa a ser um território dentro da Universidade Estadual Vale do Acaraú, estando registrado inclusive cerimonialmente pelos próprios indígenas. A disputa entre a legitimação de saber tradicional e a afirmação de saberes tradicionais indígenas configura uma realidade em que o espaço integrativo, espaço relacional crítico, foi atingido, alcançando assim um novo tipo de território e intraterritório. O intraterritório se relaciona com o mundo exterior, compreendendo a sua existência e a existência de um mundo alheio à sua realidade.

Quanto ao “intraterritório”, ele se configura a partir da presença das populações indígenas reivindicando o acesso a instituições hegemônicas que tradicionalmente as marginalizam, suas dimensões simbólicas e concretas se estendem em toda a sua presença na vida da etnia na afirmação de sua identidade, na

manutenção de suas práticas culturais tradicionais e suas demandas sociais através de políticas que os resguardem contra o apagamento e minorização. Seu papel inclui sua expressão cultural, cidadania e a ciência, tornando-as espaços de reivindicação, de denúncia e de demanda.

O ingresso universitário dessas populações representa o início de um grande desafio para as Instituições de Ensino superior, na medida em que são convidadas a reconhecer outras formas de conhecimento igualmente relevantes e que precisam ser valorizadas e respeitadas. Cabe às universidades dialogar com demandas advindas das comunidades tradicionais, sejam indígenas, quilombolas ou outras. Ter como espaço a cultura, com saberes diversificados, confere à universidade um papel mais amplo na disseminação das ideias e ideais que representam diferentes grupos sociais.

O trabalho realizado através de consultas, anotações de caderno de campo, entrevistas, diálogos gravados e vivência entre a comunidade ainda apontam para mais análises. O trabalho metodológico é citado como “etnográfico”, continua vivo mesmo após a finalização de um estudo; o trabalho etnográfico existia antes e continuará após o pesquisador, podendo estar presente no dia a dia de cada um de nós.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 1996.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, Brasília, ano. 11, p. 89-117, Ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 de jan. de 2024.

CANDAU, V. M. F.; “Ideias-Força” Do Pensamento de Boaventura Sousa Santos e a Educação Intercultural. **Educação em Revista** | Belo Horizonte | v.32 | n.01 | p. 15-34 | Janeiro-Março, 2016, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/cjS9NB4DWjqv8ncCZg7RbDM/?format=pdf> Acesso em 01 de fev. de 2024.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80, p. 115-147, out. 2012, Disponível em : <http://journals.openedition.org/rccs/697> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697> Acesso em 10 fevereiro 2024.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 02 de Fev. de 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Múltiplos Territórios de Memória**. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. Notas. Disponível em: [http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//rogrorio\\_haesbaert//rogrorio\\_haesbaert\\_producoes\\_1.pdf](http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//rogrorio_haesbaert//rogrorio_haesbaert_producoes_1.pdf). Acesso em: 03 de Dez. de 2024.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, p. 127-167, 2007. Disponível: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp>

-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf Acesso em: 03 de Dez. de 2024.

MIGNOLO, W. **Historias locales/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivo>. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, 2000, p. 342-386. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/admin,+Volume6Issue2Quijano-1.pdf> Acesso em 15 de Dez. de 2023.

RAFFESTIN, Claude.; **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática,. 1993.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução: Roberto G. Barbosa – Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

SUESS, R. C., & SILVA, A. de S. (2019). A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, v. 23, e7, maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/3546> Acesso em: 15 de Dez. de 2023.

TUBINO, Fidel. **Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico**. Disponível em: [http://www.pucp.edu.pe/invest/ridei/pdfs/inter\\_funcional.pdf](http://www.pucp.edu.pe/invest/ridei/pdfs/inter_funcional.pdf). 2004. Notas. Acesso em: 01 de Fev. de 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ. Projeto Político Pedagógico do Curso Pedagogia Cuiambá Magistério Intercultural Tremembé. 2018.

WALSH, Catherine. **Las geopolíticas de conocimiento y la colonialidad del poder**. Entrevista a Walter Mignolo. In: WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (Eds.). *Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo andino*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Abya Yala, 2002. (p. 17-44).

Submetido em: 16 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 02 de setembro de 2024

Aprovado em: 11 de setembro de 2024

DOI: [https://doi.org/10.62516/terra\\_livre.2024.3488](https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3488)

Como citar:

CAMPANI, A.; LUCAS DE SOUSA LIMA, F.; CAVALCANTE DE HOLANDA, V. C. INTRATERRITÓRIO TREMEMBÉ: INTERCULTURALIDADE DE SABERES GEOGRAFICOS NO CURSO PEDAGOGIA INTERCULTURAL CUIAMBA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 345-373. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3488>. Acesso em: dia/mês/ano.